

**HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO –
APONTAMENTOS HISTORIOGRÁFICOS**
HISTORY OF THE UNIVERSITY OF SÃO PAULO –
HISTORIOGRAPHICAL NOTES

Shozo Motoyama , **Raquel de Souza, *Rodolpho Rabello Rocha, ****William Gama dos Santos*

RESUMO

O objetivo deste trabalho é refletir, analisar e dialogar com a história da Universidade de São Paulo (USP) para apontar as suas lacunas e problemas historiográficos capazes de suscitar a realização de novas pesquisas. Levaram-se em consideração três períodos históricos, a saber: aquela que vai de 1930 a 1945; de 1945 a 1964; de 1964 a 1985. A conclusão que se chegou é que existem muitas lacunas entre as quais se destacam a necessidade de conhecer o processo que viveu a USP durante o Estado Novo (1937-1945), as suas relações com o governo paulista e federal no período compreendido entre 1945 e 1964 e os movimentos estudantis da década de 1960.

Palavras-chave: História. Universidade. Universidade de São Paulo.

ABSTRACT

The aim of this paper is to disclose, analyze and dialogue with the history of the University of São Paulo (USP) to indicate its historiographical defaults and problems able to arouse the realization of new researches. We considered three historical periods; 1930 to 1945; 1945 to 1964; and 1964 to 1985. We conclude that there are many defaults, highlighting the need of getting to know the process USP went through during Estado Novo (1937-1945), its relationships with state and federal government during 1945-1964 and student activism during the 1960's.

Key words: History. University. University of São Paulo

* Professor titular do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) – e-mail: chciencia@edu.usp.br. ** Bolsista AC do Departamento de História da FFLCH-USP. *** Bolsista AC do Departamento de História da FFLCH-USP. **** Bolsista AC do Departamento de História da FFLCH-USP.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é discutir algumas questões historiográficas relativas à Universidade de São Paulo. Esperamos com isso fornecer subsídios para a compreensão mais profunda da sua trajetória histórica e, em consequência, da própria Universidade. A USP tem sido objeto de muitos estudos em função da vastidão do seu campo de atuação e pela riqueza dos resultados obtidos. Todavia, as pesquisas estão longe de se esgotarem. Ao contrário. Em muitos campos elas estão apenas começando. É o caso das investigações sobre a sua história. Não deixa de ser espantoso a constatação do fato de haver pouquíssimas obras abordando a história da USP como um todo. Com efeito, fora algumas obras de caráter comemorativo e de propaganda, aliás, de qualidade muito duvidosa, a rigor só se notam dois livros com pretensão de abarcar toda a história da instituição em questão.

Estamos falando da *História da Universidade de São Paulo* (Campos) [5] e *USP: 70 Anos – Imagens de Uma História Vivida* (Motoyama) [14]. E, mesmo nesses casos, consistem mais em livros de memória do que de história. Tal classificação ajusta-se como luva ao caso da obra do Prof. Souza Campos, na qual se encontram informações preciosas sobre os primeiros anos da Universidade, mesmo porque o limite cronológico é 1954, quando o livro foi publicado. Outrossim, *USP 70 Anos*, embora apresente uma extensa e bem estruturada história da entidade de sua fundação até 1989, na essência, é um livro de memória. Isso porque o período relativo a 1989 a 2004 está relatado pelos próprios dirigentes da USP, na forma de depoimentos, em 502 páginas do total de 702 páginas do livro.

Vale a pena ainda mencionar três trabalhos de boa qualidade sobre a instituição, a despeito de a enfocarem sob determinado ângulo e fase: *A Universidade de Comunhão Paulista* (Cardoso) [6], *A Universidade de São Paulo: subsídios para uma avaliação* (Kwasnicka) [10] e *Universidade de São Paulo: Fundação e Reforma* (Antunha) [2]. Entrementes, é muito pouco para os 76 anos da USP.

É claro que para isso contribuiu o fato de não existirem até agora trabalhos históricos sobre as diversas unidades da USP, ou seja, das suas faculdades, dos seus institutos, dos seus órgãos de coordenação e de administração. Explicando melhor. Para se falar da Universidade como um todo, temos de conhecer as suas partes. Evidentemente, o todo nem sempre é

a soma das suas partes. Na verdade, ele tem uma dinâmica própria, característica dele mesmo. Entretanto, não se pode desvinculá-lo das suas componentes. Essa relação (*todo-componentes*) tem características muito mais complexas como se verifica nos debates de Burke [4] na *nova história* que, aliás, já não é tão nova assim. De toda forma, torna-se difícil falar da história de uma entidade sem o conhecimento das suas partes. O desconhecimento destas sempre provoca distorções e lacunas na apreciação do todo. E os historiadores sabem disso e por isso ficaram estáticos diante de um quadro mais que incompleto da instituição chamada USP.

Esse estado de coisas vem se alterando nos últimos tempos com diversas unidades publicando a sua história ou elaborando projetos com tal finalidade. Apenas para ilustrar, citem-se os trabalhos sobre a Faculdade de Direito (Martins e Barbuy) [12] e sobre a Faculdade de Ciências Farmacêuticas (Pourchet-Campos) [16] já publicados há algum tempo. Mais recentemente, vieram ao lume aquelas da Escola de Engenharia de São Carlos (Altafim e Andrade Silva) [1], da Escola Politécnica (Motoyama e Nagamini) [15] e outras. Também se sabe que estão em preparação adiantada para a publicação livros sobre a trajetória histórica de unidades (por exemplo, Instituto de Física de São Carlos) ou de departamentos (por exemplo, Departamento de Engenharia Mecânica da Escola Politécnica). De igual forma, obras com o objetivo de preservar a memória de uma instituição, como a do Instituto de Geociências (Gomes) [9], têm feito a sua aparição. Alguns desses trabalhos ostentam muito bom nível. Significa que estão surgindo condições propícias para elaboração de uma história da USP, de fôlego e com rigor acadêmico. Nesse sentido, apontar lacunas historiográficas e possibilidade de novas abordagens como se pretende neste artigo, não só está dentro do momento histórico em curso, mas, também, de utilidade para aqueles que quiserem se debruçar sobre a história da Universidade.

Para a nossa análise utilizaremos a teoria SMT que considera o processo histórico como uma função de diversas variáveis de natureza social, econômica, política e cultural. O fenômeno histórico resulta da confluência e cruzamento de algumas dessas variáveis. Colocando em miúdos, a trajetória de uma instituição só pode ser entendida no espaço mais amplo engendrado pelo conhecimento da história do estado de São Paulo, do Brasil e do Mundo. Para compreendermos a sua trajetória, para entendermos inclusive a sua dinâmica interna, não basta

ficarmos na análise dos seus passos como se eles fossem isolados dos acontecimentos do resto da sociedade.

É óbvia demais essa afirmação? Então, por que existem tantos trabalhos que se arrogam ser de história, porém, ignoram olímpicamente algumas variáveis sem sequer analisá-las? Claro, algumas variáveis não têm importância para determinados fenômenos e processos. Sabemos disso. Contudo, elas não podem ser dispensadas *a priori*. A historiografia de um determinado tempo, com as suas prioridades, consiste na avaliação de quais são as variáveis mais relevantes e como elas foram utilizadas em uma obra de história. Por conseguinte, os apontamentos que se seguem sobre a história da USP surgiram dessas diretrizes. Todavia, para evitar questionamentos desnecessários, enfatize-se que são apenas alguns apontamentos, nem se reivindica que sejam os mais importantes ou os mais faltantes.

ESTUDOS SOBRE A UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Dada a vastidão do objeto “Universidade de São Paulo” muitos estudos já se fizeram sobre o tema. Considerando que todo conhecimento histórico é conhecimento historiográfico [3] vamos fazer uma pequena incursão sobre essa bibliografia. Porém, antes que nos acusem de anacronismo por trazer as ideias de um dos fundadores da *Escola de Annales* – ideias de mais de meio século atrás – diga-se que tal ponto de vista hoje é advogado por diversos cultores da nova história, com os seus “novos” problemas, objetos e abordagens [4, 11]. Outrossim, o objetivo não é uma análise verticalizada da bibliografia em questão, dado o caráter deste artigo, com as suas limitações de espaço e da própria proposta, mas sim fazer alguns apontamentos úteis para enriquecer a historiografia sobre a USP. Para tal, como uma primeira aproximação e com um sentido apenas indicativo, faremos uma análise dos trabalhos de pós-graduação que constam no banco de teses de dissertações da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) acerca da Universidade de São Paulo.

Para ter acesso aos dados, utilizamos a palavra-chave no campo de preenchimento *assunto* Universidade de São Paulo (USP) no site <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/> [7]. Analisamos todos os trabalhos cadastrados no banco de dados da Capes até a data de

16 de março de 2010 e selecionamos 130 trabalhos, nos quais algum aspecto da USP aparece como assunto de pesquisa. Desses, 44 são teses de doutorado e 86 dissertações de mestrado. Partindo dos resumos disponíveis, foi possível categorizar os trabalhos em seis grandes temas: fatos e processos; formação profissional; comunidade USP; cultura e extensão; personalidades e cidade e estado de São Paulo, conforme segue tabela abaixo:

TABELA 1
Categoria e números de trabalhos USP

CATEGORIA	DISSERTAÇÕES	TESES	TOTAL DE TRABALHOS	%
Fatos e Processos	32	17	49	40
Formação de Profissionais	19	7	26	21
Cultura e Extensão	17	1	18	14
Comunidade USP	10	7	17	14
Personalidades	4	5	9	7
Cidade e Estado de São Paulo	4	1	5	4
Total	86	44	124	100
%	66	34	100	

Na categoria **Fatos e Processos** percebe-se uma atenção à memória da instituição e de suas representações, assim como uma reflexão sobre os rumos e tendências da Universidade. O que a sua análise sugere é a possibilidade de novas abordagens de acordo com as representações – conceito típico da nova história – sobre a USP. Uma vez que nenhuma representação é neutra politicamente, cânon das correntes historiográficas dessa linha, as dissertações e teses analisadas poderiam servir de indicativo para apontar os grupos ideológicos existentes, seus valores e suas práticas, na arena política das universidades, em particular, da USP.

Quanto à **Formação de Profissionais**, os estudos apontam para uma reflexão de uma das funções da Universidade, o ensino e a formação de pessoas e sobre o sucesso ou insucesso dessa atividade. Nota-se nos trabalhos examinados que a formação de profissionais de educação tem destaque, revelando assim

preocupação com o processo educacional de modo geral. Essa preocupação é pertinente em função dos baixos níveis de qualidade da educação em geral e, em especial, da fundamental. Pela sua importância, o aprofundamento desse tipo de estudo torna-se desejável até para fornecer subsídios para o aprimoramento da Universidade nesse aspecto. De igual forma, sente-se a falta de estudos históricos sobre a formação de outros profissionais como engenheiros, médicos, advogados, etc. de relevância para o bom funcionamento da sociedade.

Nos trabalhos que trata de **Cultura e Extensão** existe uma reflexão sobre outra função da Universidade, a produção de cultura e a extensão desta à sociedade que a mantém. Quantas pessoas são beneficiadas pelos projetos de cultura e extensão da Universidade? Existe um caráter predominante dessa extensão? Em que ela poderia ser melhor? Qual a quantidade de recursos investida nessa atividade? Perguntas que não estão respondidas plenamente ainda, mas, cujas respostas dariam indícios do valor da extensão para a Universidade e para a sociedade.

Na categoria **Comunidade USP**, podemos constatar que esse olhar para as pessoas da Universidade é a busca de um diagnóstico do que seria esse seguimento social específico. Os trabalhos tratam do interior da Universidade, de como seus componentes se comportam em seu cotidiano, reconstituindo como se chegou às condições atuais. Abrem-se, então, as possibilidades de propor melhorias das condições e do próprio funcionamento da Universidade. Contudo, até agora, quantos desses estudos foram aproveitados? E, se não foram, por que vem se desperdiçando tais esforços? Eis uma pista historiográfica interessante.

No que se refere ao item **Personalidades**, temos trabalhos sobre a atuação de pessoas importantes no meio acadêmico ou na área de políticas públicas. Existe uma tendência de achar que esse tipo de pesquisa seja uma espécie de culto ao herói, de reconhecimento, ou reabilitação, de alguma pessoa. Nada mais falso. É verdade que existem muitas obras com uma tipologia assim, simplesmente laudatórias, encomiásticas e até de mistificação. Mas, quem as considera história? Quiçá os mediocres de uma época qualquer. A investigação histórica sobre um determinado personagem serve até para desmistificá-lo, de tirá-lo da redoma na qual foi colocado. Estudos sobre uma pessoa são excelentes quando eles servem para descortinar as características do meio social que a cerca, de ser ponta de lança para

conhecer as estruturas econômicas do seu tempo, de entender o processo histórico no qual está inserido. Nesse sentido, quem não se lembra do antológico *Le problème de l'incroyance au XVI^e siècle* [8] de Lucien Febvre? Em torno apenas de um personagem – Rabelais –, Febvre traça um quadro magistral sobre a questão da incredulidade no século XVI, uma análise aprofundada dessa centúria. Por que não intentar um empreendimento intelectual desse tipo no caso da USP? Ou seja, pelo estudo de uma personalidade esclarecer diversas questões relativas à Universidade, de possibilitar um conhecimento seu mais amplo e profundo, talvez até de explicitar algumas variáveis essenciais e estruturais para compor uma história da USP.

No tema **Cidade e Estado de São Paulo**, os trabalhos versam sobre memória construída sobre a Universidade e a sua interação com o estado e a cidade de São Paulo. Em suma, eles consistem em estudos de memória da instituição e de suas representações; de tendências de interação entre a Universidade e a sociedade, no que toca a formação de pessoas, a produção de cultura, a prestação de serviços e as suas interações política; e, por último, de diagnóstico do alcance social que a USP tem. Tais temas demonstram uma possível demanda da sociedade para maior atuação governamental no tocante às políticas públicas. Ao mesmo tempo, demonstram a existência de atuação do governo nesse setor já que foi possível elaborar memórias e representações sobre a mesma. Isso levanta alguns problemas. Quais são as memórias que a historiografia tem criado da Universidade no âmbito dessas políticas? Antes ainda, seria necessário saber, em uma perspectiva histórica, se a USP estaria em sintonia com as diversas políticas públicas implementadas ao longo da sua existência. Ou não. E, nesse caso, por quê? Sob tal ponto de vista, como avaliar a empreitada da USP na sua relação com a sociedade, economia e política? Com certeza, a bibliografia existente não seria suficiente para responder a essas indagações. Necessita-se engendrar um novo *corpus* documental capaz de possibilitar as respostas. Tarefa nada fácil, mas, que não pode ser ignorada.

ACHEGAS PARA A HISTÓRIA DA USP

Com o delineamento acima, tomando como quadro de referência os pontos abordados, vamos percorrer a trajetória histórica da Universidade de

São Paulo para levantar algumas questões capazes de aprofundar o conhecimento da história da instituição. Deixamos de antemão uma advertência necessária: não faz parte do nosso plano uma exposição sistemática da história da USP, nem a pretensão de apontar as questões mais candentes do ângulo da historiografia. A ideia é simplesmente mostrar algumas lacunas na historiografia que pudemos observar para posterior aprofundamento. A contextualização, também, aparece apenas para esclarecer e facilitar a compreensão da questão levantada e não tem qualquer significado adicional. Dito isto, consideraremos três períodos para o nosso estudo: de 1930 a 1945; de 1945 a 1964; de 1964 a 1985. Deixaremos o restante para outra oportunidade. A periodização, como se vê, segue a tradicional, colocando os marcos pelo viés político.

É do conhecimento público o fato de a USP ter nascido em 1934. As circunstâncias do seu nascimento são bastante conhecidas [2, 5, 6, 10, 14]. Ela surgiu graças ao esforço da chamada Comunhão Paulista, uma das representantes da elite paulista no seu segmento mais intelectualizado. Do ponto de vista mais amplo, resultou do esforço de modernização promovido desde os meados do século XIX pelos fazendeiros de café do estado de São Paulo, imbuídos de uma mentalidade mais capitalista e burguesa. Na sua concretização, pesou muito a ocorrência da Revolução de 1930 e da Revolução Constitucionalista de 1932.

Esse é o processo da sua formação nas linhas gerais. Nas suas minudências, entretanto, muitas coisas não são claras. Por exemplo, como se comportaram os outros segmentos sociais na questão da formação da USP. Através da categoria **personalidades**, estudando, entre outros, a vida de Cristiano Altenfelder Silva, secretário estadual de Educação da época, seria possível conhecer algumas das características da alta sociedade paulistana e o posicionamento desta em relação à nova Universidade. Ainda nesse estudo, haveria a possibilidade de conhecer a classe política e o seu relacionamento com a USP dentro do item **Cidade e Estado de São Paulo**. Evidentemente, como consequência de tal estudo, existe a possibilidade do desdobramento para as áreas federais.

Outro aspecto não esclarecido nos tempos iniciais é a qualidade dos alunos formados (categoria **formação de profissionais**). São Paulo pretendia implantar um modelo de Universidade, no qual a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras (FFCL) seria a célula *mater* das demais unidades, ou seja, ali residiriam os

cursos básicos que imprimiriam a marca USP a todos os seus alunos, qualquer que fosse a sua escola. Assim, a FFCL conectaria tanto os novos cursos da Universidade, como os já criados anteriormente (Medicina, Direito e outros).

Sabemos que o modelo em si nunca conseguiu ser implantado de forma cabal. Entrementes, isso não significa que o ensino e a formação dos estudantes não tenham sido afetados por tal postura. Não deixa de ter interesse uma pesquisa que se debruçasse sobre a questão: se pelo nascimento da FFCL houve ou não alguma melhoria na maneira de educar nas unidades, principalmente, na Faculdade de Direito, na Escola Politécnica e na Faculdade de Medicina com tradição e história mesmo antes da criação da USP. Quanto à formação de professores secundários a FFCL foi bem sucedida e existem indicações qualitativas bem claras.

Cite-se, apenas para ilustrar, o caso de Luiz Gonzaga Bertelli, atual presidente-executivo do CIEE (Centro de Integração Empresa-Escola). Tendo nascido e vivido a sua juventude na pacata Dois Córregos, no interior paulista, Bertelli conta como a criação do antigo ginásio na cidade, com jovens professores formados na USP, no decênio de 1950, alterou a sua perspectiva de vida e transformou as atividades culturais do local. Entretanto, a dimensão desse tipo de contribuição, sobretudo quantitativa, para a cidade e estado de São Paulo, nunca se avaliou de forma conveniente.

Uma parte ainda obscura do período sob consideração refere-se àquela da época do Estado Novo. Há notícias das dificuldades enfrentadas pela USP nesse período, porém, pouca coisa se sabe de concreto. É verdade que todo o planeta passava por uma fase difícil. Na primeira metade do século XX, encontramos crises espalhadas pelo mundo, como a de 1929, a ocorrência de duas guerras mundiais e transformações políticas significativas em muitos países. Na maioria deles promove-se o descrédito do liberalismo econômico e da democracia em favor dos regimes autoritários de esquerda ou da direita. Esse estado de coisas se reflete no Brasil também. É nesse contexto político turbulento que nasce a USP, submetida, já em seu primeiro decênio, à ditadura de Vargas (1937 – 1945). Houve até a tentativa do seu fechamento, o que não aconteceu por pouco. Ao que tudo indica, nenhuma obra conhecida abordou o tema de uma forma sistemática e percuciente. Mormente, os últimos anos da década de 1930 situam-se como se fosse um buraco

negro na história da instituição. Já é tempo de encetar pesquisa nesse tema para sanar a lacuna existente.

O período seguinte (1945 – 1964) transcorreu em um momento relativamente democrático e o país experimentou uma época de desenvolvimento. A USP adquiriu, também, uma relativa estabilidade e se expandiu tanto na capital quanto para o interior paulista estabelecendo *campus* em São Carlos, Ribeirão Preto e Bauru. Na cidade paulistana instituiu novas unidades como Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Economia e Administração e diversos institutos complementares.

Dentro do item **Cidades e Estado de São Paulo**, vale a pena perguntar se houve uma política consciente do estado e/ou da universidade para essa expansão. Não se deve esquecer que, nesse período, o Brasil teve governos com políticas muito diferentes sob a presidência de Eurico Gaspar Dutra, Getúlio Vargas, Café Filho, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e Jango Goulart, sem falar nas juntas governativas por terem ficado por muito pouco tempo. O mesmo aconteceu no âmbito estadual no caso paulista, onde se sucederam Ademar de Barros, Nogueira Garcez, Jânio Quadros, Carvalho Pinto e novamente Ademar de Barros como governadores. Destarte, ao falar na USP no contexto das políticas públicas, temos de fazê-lo em cada um dos mandatos, relacionando àquelas federais com estaduais e estas com a política adotada para a Universidade. Isso não se fez até agora, a não ser de maneira ligeira.

Da mesma forma, ao examinar a categoria **Comunidade USP**, encontramos pouca coisa, quase nada. Quem sabe, na onda da “história vista por baixo” [17] surjam obras com esse colorido. Independente dos modismos, trata-se de um tema importante para esclarecer diversas facetas da história da instituição em exame. Se no período anterior a “comunidade USP” não adquirira ainda uma feição própria consolidada, o mesmo não acontecia nessa segunda fase. Por isso ela deve ter influenciado o percurso uspiano.

Também, já está em tempo de se debruçar sobre o aspecto **Cultura e Extensão** do qual pouco se sabe. Teria havido uma interação maior entre a entidade universitária e a sociedade em geral, muito além do canal governamental? Como era encarada a “extensão” pela comunidade USP? E a população, como via tal função da Universidade? E o governo? E as empresas? Indagações só respondíveis se fizerem

investigações como as aludidas acima. Outrossim, não existem muitos estudos sobre os movimentos estudantis e universitários ocorridos no final do período em questão tomado pela instabilidade política, econômica e social. Não precisamos ressaltar a importância de esse tipo de conhecimento para entender a trajetória da Universidade.

O período de Regime Militar (1964 – 1985) apresenta questões historiográficas não só interessantes, quanto abundantes. Durante os seus 21 anos de vigência, a ditadura instalada provocou uma série de tensões na USP, cuja análise está ainda para se fazer. Terminado o ciclo dos generais presidentes, apareceram inúmeras obras sobre aquela fase, rompendo o represamento das ideias e de publicação, característico dos tempos da censura. Contudo, infelizmente, a maioria delas não se classificaria como sendo trabalhos acadêmicos ou científicos, pela falta de rigor e de cuidados inerentes ao paradigma científico. Trata-se de obras com forte dose maniqueísta, compreensível no momento do término do autoritarismo, de um extravasamento à supressão de uma dura e longa repressão imposta à população (e sobretudo aos intelectuais), porém distorcido pelo ressentimento dos autores. Interessante notar que nesse caudal incoerente, mas impetuoso de publicações, não se vê tantos trabalhos versando sobre a USP. Começa aí já uma questão historiográfica a verificar. Entretanto, em função dos nossos propósitos, não nos deteremos nela.

Dos inúmeros temas possíveis a serem aprofundados no estudo da história da Universidade nesse período, apontaremos quatro: o movimento estudantil; a repressão e a produção científica e tecnológica; a burocracia universitária e o poder no seio da comunidade; política da ciência e tecnologia e o Regime Militar. O primeiro assunto enquadra-se tanto na categoria de **Cultura e Extensão**, quanto na de **Comunidade USP** e ainda na de **Cidade e Estado de São Paulo**. De fato, o que marcou fortemente a fase inicial do tempo em análise foram as greves e reivindicações dos alunos. Imbuídos de um idealismo característico da mocidade, os universitários lutaram com os meios disponíveis para a melhoria da sociedade brasileira. Algumas das suas bandeiras diziam respeito às coisas internas da Universidade, outras se relacionavam com os problemas nacionais e internacionais. No âmbito interno pugnavam pela ampliação das vagas, da melhoria do ensino, da democratização

da Universidade, mormente, da eliminação da cátedra, fonte do autoritarismo. Na esfera externa, os seus alvos ficavam localizados no estado de exceção, na ordem internacional estabelecida, principalmente, no imperialismo ianque.

O que se percebe mesmo sem investigação apurada é o fato de os estudantes possuírem uma cultura própria (a despeito de sofrerem influências daquela dos seus mestres e de universitários estrangeiros) que estariam tentando estender para o meio mais amplo, chamando a atenção da população por meios não muito convencionais. Faziam passeatas enormes, enchendo praças e percorrendo ruas e avenidas, recebendo em geral, apoio popular. Apontavam as incongruências do Regime, os problemas da dependência econômica e política. Levantaram a bandeira da reforma universitária e se insurgiram contra o chamado Acordo MEC-USaid. Como se posicionaram ante a reforma vinda de fora por intermédio do Relatório Meira Matos não se constitui em mistério para ninguém. A relação dialética dos combates entre os universitários e os seus inimigos não se esclareceu ainda. Também, pouca coisa se sabe dos movimentos clandestinos, daqueles que pegaram em armas.

Independentemente se participaram de modo explícito ou clandestino, os estudantes pagaram um preço demasiadamente alto, muitos sendo presos, desterrados e até assassinados. Esses episódios continuam muito vivos na cabeça daqueles que estudaram na USP naqueles anos trágicos dos anos 1960. De modo curioso, apesar de muitos deles permanecerem na Universidade e outras instituições superiores como docentes e pesquisadores, não surgiram ainda estudos mais percucientes e acadêmicos sobre o tema, sobretudo na área de história, o que é um desperdício do ponto de vista historiográfico.

O segundo tema, de igual maneira, se coloca inquietante diante de uma análise histórica. Com a edição do AI-5, a ditadura deixava clara que não toleraria qualquer crítica aos seus atos. A cassação de físicos como Mário Schenberg e Jaime Tiomno e de cientistas sociais como Florestan Fernandes e Octávio Ianni, todos da USP, consistia em um aviso e um simbolismo – a ciência deveria andar no caminho traçado pelos “revolucionários” homens da caserna. A própria Reforma Universitária se fez de acordo com o figurino desejado pelos militares e os segmentos sociais a eles associados.

Como tal postura influenciou na produção

científica e tecnológica da Universidade? O campo das ciências exatas e naturais, apesar das ingerências, não sofreu muitas restrições pela própria natureza das suas investigações? Os dois físicos acima citados sofreram sanções por causa das suas atividades políticas e ideológicas e não pela sua atuação profissional, como tudo faz crer? Não sabemos, por falta de análises históricas mais aprofundadas. E, a tecnologia? Com certeza teve o seu curso influenciado pelo governo dos generais presidentes. Mas como? Pela sua forma de financiamento, pela motivação ou pela repressão?

Mais afetado parece ser o domínio das ciências humanas. Afinal, o objeto dos seus estudos, a sociedade, recebia influxos diretos da política ditatorial em curso naquela ocasião e a maioria dos cientistas sociais não deixaria de exercer a sua prerrogativa de desenvolver uma visão crítica. Por conseguinte, essa área deveria ser levada a cabresto curto na óptica governamental. Por exemplo, estudos com viés marxista nem pensar. É a versão corrente hoje. Porém, será verdade? Então, como explicar a defesa de tese, aliás, brilhante, de Fernando Novais no Departamento de História, em 1972, época de auge da repressão militar? E não se diga que a referida tese não tinha forte matiz marxista, para dizer o mínimo. Em outras palavras, entre a visão corrente e a realidade do período persistem incógnitas a merecerem pesquisas.

Isso leva a mais duas questões entrelaçadas. Quais eram os alvos prioritários do Regime? De que maneira aconteceu a resistência por parte daqueles que não concordavam com o autoritarismo ideológico da ditadura? Com todo merecimento, louva-se a atitude heroica do diretor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, José Moura Gonçalves, e do diretor da Faculdade de Higiene e Saúde Pública, Álvaro Guimarães Filho, rejeitando a aplicação dos famigerados IPM, inquéritos militares, nas suas unidades. Mas, os militares não recrudesceram a repressão sobre as duas unidades – por quê? Como se deram as formas veladas e sutis de resistência sempre existentes no seio da USP e o grau do seu sucesso?

O terceiro problema historiográfico levantado diz respeito à burocracia e ao poder dentro da Universidade. Trata-se de um tema relevante, pois o poder é sempre de grande importância por motivos óbvios. De que maneira a ditadura se apropriou do poder no interior da USP consiste em algo não esclarecido plenamente. De um lado, pressionou e amedrontou de fora

com a utilização de força e armas. Porém, sabia também que se não se inserisse internamente a eficácia do seu domínio seria pequena. Daí todo um processo de cooptação simbolizado pela figura do reitor Gama e Silva. Quiçá, um estudo biográfico seu na linha levantada na Introdução fosse útil para trazer à tona os meandros desse processo, lançando luz para a compreensão de alguns fatos ainda obscuros na história do período em pauta da Universidade. Por certo, outros personagens emergirão na arena nada democrática da ambição e prestígio por vias tortas de corrupção, intimidação e do controle ideológico dos docentes e discentes da instituição mais badalada do país. Não por acaso, em nome da modernização, instalou-se uma enorme burocracia cerceando a liberdade tanto de professores quanto de alunos. Quanto dessa burocracia se deve à ingerência dos militares nas coisas da Universidade? Ou nada tem a ver com o regime de exceção, sendo apenas um dos pré-requisitos da modernização globalizada?

Por fim, o último ponto em consideração. Duas das gestões dos governos militares, a de Costa e Silva e a de Ernesto Geisel, implementaram políticas de ciência e tecnologia vigorosas, porquanto consideravam importantes instrumentos para a sua política de desenvolvimento econômico. No caso do governo Costa e Silva, como se comportou a instituição universitária fundada por Armando de Salles Oliveira diante do PED (Plano de Desenvolvimento Estratégico) do marechal? Ela teve papel de destaque? Beneficiou-se e contribuiu ao Plano que entendia a ciência como uma “força produtiva” para impulsionar a economia brasileira? Sob a perspectiva do PED criaram-se diversos instrumentos para fomentar a educação e a pesquisa científica e tecnológica, como a Finep (Financiadora de Estudos e Projetos), FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e FNDE (Fundo Nacional da Educação) [13]. Sabem-se as consequências da atuação desses instrumentos na USP? Perguntas ainda sem resposta.

E durante o período do governo Geisel, época de maior investimento em ciência e tecnologia no país de todos os tempos, qual foi a política uspiana em relação ao II PND (II Plano Nacional de Desenvolvimento) do general presidente? Diante das criações do governo federal como II PBDCT (II Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), SNDCT (Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e

Tecnológico), PNPG (Plano Nacional de Pós-Graduação), etc. como se comporta a USP? Como o cenário em São Paulo, do ponto de vista da atuação do poder estadual, se entrelaça com a política do governo militar e a Universidade? Os historiadores têm muito que trabalhar para responder a essas indagações.

CONCLUSÕES

A nossa conclusão é muito simples. Há ricos filões a serem explorados na história da USP. Apon-tamos uma série de lacunas historiográficas existentes nos três períodos examinados. Entre elas achamos por bem destacar a necessidade de pesquisar a história da USP durante o Estado Novo, esclarecer a sua relação com o governo estadual e federal na fase compreendida entre 1945 e 1964 e estudar o papel dos movimentos estudantis durante o Regime Militar. Só não analisamos o período atual iniciado em 1985 porque praticamente nele não existe obra de história propriamente dita. Nesse caso, não é possível fazer historiografia e necessita-se, isto sim, trabalhar a história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- [1] ALTAFIM, R. A. C.; ANDRADE SILVA, M. A. **50 Anos da Escola de Engenharia de São Carlos**. ed. 1. São Carlos: EESC, 2004.
- [2] ANTUNHA, H. C. G. **Universidade de São Paulo: Fundação e Reforma**. ed. 1. São Paulo: CRPE, 1974.
- [3] BLOCH, M. **Apologia da História ou O ofício de Historiador**. ed. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1949.
- [4] BURKE, P. **A Escrita da História**. ed. 1. São Paulo: Edunesp, 1992.
- [5] CAMPOS, E. de S. **História da Universidade de São Paulo**. ed. 1. São Paulo: USP, 1954.
- [6] CARDOSO, I. A. R. **A Universidade de Comunhão Paulista**. ed. 1. São Paulo: Autores Associados e Cortez, 1982.
- [7] COORDENAÇÃO de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/>.
- [8] FEBVRE, L. **Le Problème de L'Incroyance au XVI^e Siècle**. ed. 2. Paris: Albin Michel, 1968.

- [9] GOMES, C. de B. **Geologia USP: 50 Anos.** ed. 1. São Paulo: Edusp/IGc, 2007 .
- [10] KWANISCKA, E. L. **Universidade de São Paulo: subsídios para uma avaliação.** ed. 1. São Paulo: USP, 1985.
- [11] LE GOFF, J.; NORA, P. **Faire de l'histoire.** ed. 1. v. 3. Paris: Gallimard, 1974.
- [12] MARTINS, A. L.; BARBUY, H. **Arcadas: História da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco.** ed. 1. São Paulo: Alternativa, 1998.
- [13] MOTOYAMA, S. **Prelúdio para uma história: C&T no Brasil.** ed. 1. São Paulo: Fapesp/Edusp, 2004.
- [14] _____. **USP 70 Anos – Imagens de uma História Viva.** ed. 1. São Paulo: Edusp, 2006.
- [15] ____; NAGAMINI, M. **Escola Politécnica: 110 Anos Construindo o Futuro.** ed. 1. São Paulo: EP-USP, 2004.
- [16] POURCHET-CAMPOS, M. A. **A vida da Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo.** ed. 1. São Paulo: FCF-USP, 1984.
- [17] SHARPE, J. História vista de baixo. In: BURKE, P. A. **Escrita da História.** ed. 1. São Paulo: Edunesp, 1992.